

Cidadania e leitura crítica da mídia¹

SIMONE ANTONIACI TUZZO

simonetuzzo@hotmail.com
Universidade Federal de Goiás

Resumo

Busca epistemológica dos fundamentos para uma leitura crítica da mídia. Reflexão sobre o que é cidadania e subcidadania, a fim de estudar os conceitos de cidadania apropriados pela mídia a partir de uma análise crítica e de desconstrução dos próprios conceitos. Refletir sobre a relação entre mídia e processos de sociabilidade, socialização e exercício da cidadania nas sociedades contemporâneas. Identificar o significado da palavra cidadania nos meios de comunicação de massa, tendo em vista que os conceitos clássicos do que é cidadania são distintos dos significados que a mídia apresenta. A sociedade se acostuma com algumas palavras e os seus significados implícitos e consagrados pelo tempo, sacramentados pelas teorias clássicas, reafirmados nos discursos teóricos, acabam se tornando inquestionáveis. Contudo, o significado das palavras pode sofrer modificações a partir do uso. A língua é viva, adaptável a cada cultura, geração, forma de existência social e o uso que se faz de uma palavra pode se modificar. Nessa perspectiva, a palavra cidadania é colocada em questionamento. Não exatamente o seu significado clássico, aquilo que efetivamente significa, mas aquilo que a mídia tem utilizado como o significado da palavra, aquilo em que a palavra se transformou e o uso que se faz dela.

Palavras-Chave: Cidadania; subcidadania; desconstrução; mídia

INTRODUÇÃO

Nem sempre as pessoas se dão conta de que o que estão dizendo pode não expressar o que significa na teoria, sobretudo porque não há questionamentos, só uso, sem crítica, sem reflexão.

Diante dessa perspectiva, a palavra cidadania é colocada em questionamento. Não exatamente sobre o seu significado clássico, mas aquilo que a mídia tem utilizado como o significado da palavra, aquilo em que a palavra se transformou e o uso que se faz dela. A representação da cidadania pela mídia.

Isso, talvez não tivesse muita importância, se o subjuntivo não tivesse por trás desse significado e se aquilo que se quer dizer é dito, com um novo significado, mas respaldado nos conceitos antigos daquilo que efetivamente deveria ter sido dito. Fala-se algo que se quer dizer, mas para não chocar ninguém, esconde-se por trás do que deveria ser dito.

¹ Este trabalho é resultado de leituras, reflexões e pesquisas de campo realizadas coletivamente no âmbito da disciplina "Cidadania e Leitura Crítica da Mídia", ministrada pela professora Simone Antoniaci Tuzzo junto ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Goiás (PPGCOM/FIC/UFG). O curso foi realizado no segundo semestre de 2013. Também envolveu os pesquisadores do Laboratório de Leitura Crítica da Mídia (LLCM/UFG) e os alunos matriculados na disciplina.

Sodré afirma que “habituo-nos a entender as palavras [...] por muito pouco de seu amplo alcance semântico [...], mas a palavra guarda historicamente como reserva o sentido forte, simbólico, de afinamento ou garantia de uma posição (ética) de autonomia existencial” (Sodré, 2012: 210). Na verdade, o signo é sempre menor e menos complexo do que aquilo que representa.

Este estudo é guiado por uma inquietação sobre o que é cidadania e subcidadania no discurso midiático brasileiro. Devemos considerar que o conceito de cidadania tem se modificado e se ampliado ao longo do tempo, tendo em vista estar em constante construção, uma vez que a cidadania faz referência a um conjunto de parâmetros sociais. Assim, o termo cidadão/cidadania carrega uma significação primária de significado, mas o termo se transpôs para designar outras ações sociais, como solidariedade, pobreza, inclusão social, caridade, por exemplo. O subjuntivo está por trás desse significado.

Poderíamos pensar que ser cidadão é uma busca pela cidadania clássica de direitos e deveres consagrados pelos integrantes da cidade? A cidadania na mídia é algo real ou algo em construção a depender do que cada indivíduo representa nessa sociedade? Será que a cidadania é um sinônimo da palavra sujeito e o seu significado identitário não tem mais a importância da sua relação de direitos e deveres, mas sim de uma indicação de que representa uma pessoa?

Mas as inquietações vão além, pois, se tudo é cidadania, obter um dos pontos declarados de pertencimento social já faz de cada pessoa um cidadão? Quantos elementos constitutivos da cidadania são necessários para fazer com que uma pessoa seja considerada cidadã? A falta de um dos elementos considerados essenciais para a construção da cidadania torna uma pessoa menos cidadã, ou subcidadã? Se o direito à informação está inserido no processo de construção da cidadania, a participação dos indivíduos na mídia, com direito a voz, torna-os mais cidadãos do que aqueles que não possuem acesso? O consumo na sociedade moderna é a garantia de ser identificado como cidadão, tendo em vista que só consome quem tem dinheiro e, portanto, faz parte da cadeia de desenvolvimento social?

PENSAR A PALAVRA COMO PONTO DE DESCONSTRUÇÃO

Há palavras que, na esfera dos conceitos, prosperam precisamente no terreno movediço de sua própria ambiguidade. Foi assim com “cultura” desde o século XIX [...] Tem sido assim com “comunicação”. A cultura alternou sempre a ideia (antropológica) de totalidade da experiência social ou rede total de relações de sentido com a ideia (sociológica) de dimensão elevada e crítica da representação. A comunicação, por sua vez, serviu de ponte para a ideia de democratização ou popularização da cultura. Desde a década de 60 do século passado, nenhuma palavra associada às noções de modernidade, vinculação social e democracia de massa teve maior penetração no espaço público do que *comunicação*, apesar de sua conhecida incerteza semântica (Sodré, 2013: 17).

Como apresentado por Sodré, pensar os termos como forma de reconstruir as apropriações de significado na sociedade é algo, de certa forma, comum, nas

ciências da comunicação. Para este estudo tomaremos como base a cidadania no Brasil e a sua relação com os discursos da mídia.

Podemos nos guiar pelos estudos de Bordenave (2009), primeiramente sobre o símbolo, como algo que “nasce da necessidade que temos os humanos de partilhar, com os outros, o que pensamos e sentimos” (2009: 40), avançando para os signos “que são qualquer coisa, ou estímulo físico, utilizados para representar objetos, qualidades, ideias ou eventos [...] e no conjunto de signos também estão as palavras que, servem para intermediar os mundos de experiências vividas” (2009: 40-41).

Bordenave também afirma que “outra maravilhosa propriedade dos signos é chamada *conotação* e consiste em sua capacidade de despertar um significado complementar, diferente do significado puramente *denotativo* ou indicativo do signo” (2009: 50). Dessa forma, a mídia “aproveita essa capacidade associativa entre um signo e outro para estimular associações relacionadas com as motivações básicas humanas” (2009: 50), mas isso, segundo Bordenave, não é ruim, pois “graças à função conotativa a linguagem humana se enriquece constantemente de novas expressões simbólicas [...] novas metáforas e alegorias se incorporam à linguagem, pois o significado dos signos não está neles, mas na mente das pessoas” (Bordenave, 2009: 50-52).

Como reforço recorreremos a Barthes (1985) que, baseado em Saurure, afirma que signo é a relação entre o significante (a língua, com as palavras e os símbolos que expressam o sentido); significado (que se encontra no âmbito do abstrato e tem relação com o imaginário, o pensamento, a memória) e por último o referente, o concreto, que na mente do receptor é compreendido como o significado.

Para Cheida (2010), existe uma relação com o mito que, como sistema simbólico e instrumento de conhecimento e de comunicação é um sistema semiológico, construído na e pela fala e, portanto, age de modo a deslocar o sistema formal das primeiras significações. Para ele:

O mito é classificado como metalinguagem, porque é uma segunda língua, na qual se fala da primeira. Ao aplicarmos o modelo à leitura crítica do noticiário, o termo cidadania/cidadão foi eleito como objeto de análise para validar a hipótese de como os relatos jornalísticos constituem mitos semiológicos, num deslocamento do sentido original e formal do termo. Ao redigir o jornalista esvazia, esgota e sentido originário do termo para na forma preenchê-la com novo conteúdo, num processo manipulador de conteúdos (Cheida, 2010: 39-40).

Baseados nisso, poderíamos propor a troca dos termos relatos jornalísticos e jornalistas, para mídia, porque o que vemos é não somente o jornalismo tendo um comportamento de reforço sobre isso, mas toda a mídia.

Ainda na visão de Cheida (2010), o termo cidadão/cidadania carrega uma significação primária de significado, mas o termo se transpôs para designar ações de filantropia e solidariedade, por exemplo.

Nesse pensamento crítico de reflexão sobre os termos cidadania/cidadão, Carvalho (2010) narra a voga que assumiu a palavra cidadania:

Políticos, jornalistas, intelectuais, líderes sindicais, dirigentes de associações, simples cidadãos, todos a adotaram. A cidadania, literalmente, caiu na boca do

povo. Mais ainda, ela substitui o próprio povo na retórica política. Não se diz mais 'o povo quer isso ou aquilo', diz-se 'a cidadania quer'. Cidadania virou gente (Carvalho, 2010: 7).

Nesse contexto, podemos pensar que povo também virou sinônimo de cidadania, assim como tudo o que envolve o significado de subcidadania. A busca pelo significado da palavra subcidadania no discurso midiático também carece de reflexão e de desconstrução, afinal, se a condição da subcidadania é a busca pela cidadania, falar de cidadania na resignificação midiática é o significado de subcidadania e não de cidadania em si.

Trata-se de um desafio teórico significativo, pois inclui uma avaliação histórico-contextual e sociocultural de um pensamento crítico sobre a mídia iniciado por Adorno e Horkheimer, pilares básicos dos estudos que deram origem ao que denominamos de Teoria Crítica.

CIDADANIA VEM DE CIDADE OU DA MÍDIA?

O conceito de cidadania remonta ao mundo Greco-romano. Para Temer, Tondato e Tuzzo (2012), o conceito possui dupla raiz, na vertente grega, está mais relacionada à questão social e na vertente romana, mais relacionada aos aspectos políticos.

Da Grécia antiga herdamos o conceito de organização social com Cidades-Estados, e os indivíduos que ali viviam estavam sob as normas políticas da *polis* – cidade, e normas sociais, onde determinadas pessoas podiam participar das decisões políticas da comunidade, com discussões realizadas em praça pública – *ágora*. Deste cenário estavam excluídos os jovens, as mulheres, os escravos e os miseráveis.

Da Roma antiga herdamos a origem da palavra cidadania. Segundo Funari (2008), cidadania deriva do latim *ciuis*, que significa *ser livre*. O radical *ciuis* gerou *ciuita*, que significa cidade, cidadania e Estado. Na concepção romana, só há cidade se houver cidadãos. Desde a raiz latina, a palavra invoca o direito à liberdade.

O conceito mais formal de cidadania aceito no passado era sinônimo de membro respeitável com poderes e prerrogativas especiais em uma comunidade, com direito à participação política, à influência, à vez e voz. Assim, os patrícios (descendentes dos fundadores de Roma) eram os únicos cidadãos de pleno direito (proprietários, monopólio na ocupação dos cargos públicos e religiosos).

A cidadania como conceito é uma condição a todos que pertencem a uma determinada nação, com direitos e deveres de uma determinada localidade, por isso a cidadania Brasileira é diferente da Cidadania Italiana, Portuguesa, por exemplo. A cidadania representa muito mais do que nascer, sobretudo, significa o existir socialmente.

O termo cidadania é histórico-social e depende do ambiente e das condições sociais em que uma pessoa está inserida, por isso a necessidade de também pensarmos a questão da sociabilidade que naturalmente torna um ser humano capaz de conviver em sociedade por meio da socialização, ou seja, a integração dos indivíduos em um grupo marcado por hábitos, costumes e regras específicas. Por conseguinte, um processo de conquistas e sempre em construção!

Contudo, pensar em cidadania no discurso midiático brasileiro é algo que extrapola os conceitos clássicos daquilo que é cidadania e de tal forma se esgota, fazendo com que tudo hoje seja sinônimo de construção de cidadania.

Ao se pensar na construção da cidadania como cidadania em si, também nos reportamos ao significado de subcidadania, ou seja, aquilo que está abaixo da cidadania, o que falta para ser cidadão significa ser subcidadão.

Para Souza (2003), trata-se da “ralé estrutural brasileira”. Para o autor, explicar a subcidadania tem origem na existência do negro na sociedade, mas vai além, classificando que tanto negros quanto brancos sem qualificação adequada são desclassificados e marginalizados de forma permanente. Não se trata somente da cor, mas de uma relação socioeconômica estrutural, que o autor chamou de “superação da confusão entre habitus e cor” (Souza, 2003: 163).

Souza (2003) propõe uma hierarquia para explicar o processo da subcidadania, chamada “pluralidade de habitus”, utilizando-se dos termos “habitus primários, secundários e precários”. O Habitus primário seria a noção de dignidade, que aqui chamaremos de cidadão. O “habitus precário” seria o que está abaixo do “habitus primário”, aquele indivíduo que ainda não alcançou o direito de gozar de reconhecimento social, desde participação política, econômica, índice de produtividade e utilidade no grupo social em que está inserido, portanto, para este trabalho, poderia ser chamado de subcidadão. Mas Souza (2003) vai além, classificando que existe um “habitus secundário”, que está acima do “habitus primário”, que pressupõe o reconhecimento e o respeito da sociedade.

Seria então esse indivíduo a celebridade midiática, para quem o próprio conceito de cidadania já não basta? Já que para Souza (2003) o integrante da camada do “habitus secundário” tem a ver com a apropriação seletiva de bens e recursos escassos e constitui contextos cristalizados e tendencialmente permanentes de desigualdade.

Carvalho (2012) divide a conquista da cidadania em três chaves de direitos: civis, políticos e sociais; e aponta também duas questões, que vão além do positivismo, fundamentais na construção da cidadania em um país: a lealdade a um estado e a identidade nacional.

Considerando que a cidadania como pertencimento passa pela validação social do papel do indivíduo e de seu reconhecimento como parte igual dentro da sociedade, a mídia então revela-se um instrumento de construção de identidade, descobrimento do outro e alcance de visibilidade dentro da sociedade.

Paiva e Sodré (2013) discutem a questão com uma reflexão sobre o significado de cidadania que fazia referência ao bem-estar coletivo, que se perde e chega à atualidade com a clara emergência do consumidor como novo sujeito social e, portanto, contrário à questão do cidadão como coletivo. Textualmente afirmam: “enfraquece-se, aí, a ficção histórica da cidadania [...] e emerge a figura do consumidor como novo sujeito social [...] o contrário do cidadão” (Paiva & Sodré, 2013: 53).

Para Paiva e Sodré (2013), o consumo redefine o cidadão moderno, sobretudo por ser um consumo de aparência, voltado para a glória do consumidor, feito para

impressionar o outro, assim se funda a cidadania no consumo e nessa lógica, quem consome é cidadão.

Como reforço a essa ideia, podemos considerar que na sociedade moderna os quatro pilares de referência histórica foram sendo, gradativamente, descredenciados pelos indivíduos, ou seja, os quatro “Ps” de pai, pastor/padre, professor e político, que serviam de modelos para o comportamento social foram substituídos pela mídia. A família, a igreja, a escola e a política não possuem mais a forte referência para a formação do cidadão, que se molda muito mais nos modelos célebres ditados pelos meios de comunicação de massa.

Podemos então pensar que a relação de cidadania foi transferida das ruas, da cidade para uma relação existencial transmitida pelos meios de comunicação, o que nos faz refletir sobre a possibilidade do reconhecimento do que seja ser cidadão ser recriado pela mídia, que redefine o conceito e reapropria de valores o cidadão atual. Não se trata necessariamente de um simulacro, mas de uma resignificação de sentidos.

A RESIGNIFICAÇÃO DA CIDADANIA NO DISCURSO MIDIÁTICO

Em pesquisa com a mídia impressa e eletrônica brasileira, no segundo semestre de 2013, foram analisados os significados da palavra cidadania e se a mídia trabalha também com o conceito de subcidadania, ou seja, palavras que explicassem o que a mídia apresenta por cidadania, o discurso midiático de forma geral atrelado ao conceito de cidadania.

Nesses discursos é comum encontrarmos o termo *desejo de cidadania*. Considerando que o desejo é uma *expressão de falta*, desejar cidadania é um reforço de discurso de que ela não existe pra todos.

A mídia como reorganizadora de sentidos passa a desempenhar um papel importante na construção daquilo que é ser cidadão, ou seja, o que a mídia entende e divulga como sendo cidadania é o que a sociedade compreenderá como sendo real.

A opção pela análise de discurso se pauta por sua característica de:

produzir enunciados teóricos, científicos, portanto lógicos acerca da realidade, a partir da sua observação subjetiva [...] ter ciência de alguma coisa significa, portanto, ser capaz de recortar no tempo e de separar no espaço a complexidade da realidade, tornando-a acessível por um discurso metódico (Trigo, 2011: 285).

Como categoria de método empírico, a análise de discurso pode ser descrita como:

Análise qualitativa, por vezes crítica, do discurso jornalístico, surja este como texto, imagens, sons, multimídia ou hipermídia. Englobaram-se nessa categoria metodológica, as análises semióticas e psicanalíticas do discurso jornalístico, a análise conversacional e a análise lingüística (títulos e notícias) (Souza, 2011: 314).

Na análise de discurso da mídia foram encontradas expressões de todos os sentidos, desde os mais comuns como a relação entre cidadania e solidariedade, até termos incompreensíveis como a referência de que “a pessoa deve ser dotada de cidadania”. Mas o que significa ser dotado de cidadania? Cidadania passa a ser algo

nato ou de inspiração divina distribuída para algumas pessoas mais importantes do que outras menos favorecidas?

Os principais termos atrelados à palavra Cidadania foram encontrados nos nomes dos programas e em slogans de emissoras como Cidadania FM – “A rádio do povão”, Programa Cidadania – “a voz do povo” e “amizade com o cidadão”. Além de diversas palavras que são utilizadas junto com a palavra cidadania, como: educação, ecologia, universidade, doação, grátis, bairro, política, celebridade, direito, serviços públicos, coletivo, sustentabilidade, segurança, meio ambiente, transporte, problemas sociais, saúde precária, lixo, esgoto, bairro.

Cidadania também aparece atrelado à justiça ou ao direito, como nos programas “Cidadania e Justiça”; “Cidadania, Direitos e Deveres”; “Cidadania e Meio Ambiente”.

Normalmente a palavra cidadão/cidadania é substituída pelo cargo social que o indivíduo ocupa, como por exemplo, o pedreiro, a dona de casa, o motorista. A palavra cidadão também tornou-se sinônimo de “gente simples e batalhadora”, “a comunidade”, citações nas reportagens que acabam por fazer referência às classes de menor poder aquisitivo. Para a mídia a busca pela defesa de direitos é um exercício de cidadania.

Há uma ênfase no consumo que coloca o indivíduo como cidadão. A função social é utilizada como significante de cada indivíduo e, subliminarmente há um reforço do trabalho com a cidadania. Estar empregado é ser cidadão.

É difícil encontrarmos na mídia uma relação do termo cidadania com o que faça referência às classes A e B, mas sim, com tudo que se refere às classes mais baixas. Fica absolutamente implícito nos discursos a referência à busca pela cidadania quando a palavra cidadão também tem um conceito pejorativo de sujeito menor socialmente falando. Cidadania aparece ligada ao povo, à pobreza, à precariedade. O policial aborda o intelectual e lhe trata por senhor, às vezes por doutor. Mas se aborda o pobre lhe trata por cidadão. Há uma retórica pejorativa de impacto coletivo do significado de cidadania e isso se reflete na sociedade que vai identificando em diversos movimentos a relação de cidadania e pobreza.

O conceito midiático de cidadania materializa-se e reforça-se na figura do assistencialismo estatal, do atendimento emergencial, da resolução parcial dos problemas que, supostamente, já deveriam ter sido suplantados (esgoto, asfalto, segurança, saneamento, educação, saúde etc.).

Ser cidadão na mídia brasileira está mais para pedinte, deficiente, pobre e ignorante. Afora a identidade de eleitor, hoje no Brasil, é ser também um indivíduo periférico, alheio e fora dos centros decisórios. Só se é cidadão para votar e não para participar dos processos de decisões!

Se pensarmos que o direito à informação é uma questão de cidadania, poderemos considerar que no momento que a mídia dá voz ao indivíduo ela está garantindo o seu exercício de cidadania. Na verdade o processo é um direito à voz concedida pelos meios de comunicação de massa para o exercício do direito de reivindicação da cidadania, o que corrobora com a existência da busca e não da concretização do fato.

A mídia apresenta o conceito de cidadania como algo em busca, o ideal de quem ainda não é cidadão e precisa chegar a essa categoria existencial. Não encontramos a palavra subcidadania nos discursos midiáticos, o que poderia nos levar num primeiro momento a compreender que a mídia não considera a subcidadania. Mas isso seria um erro, porque na verdade a mídia trabalha frequentemente com subcidadania em seus discursos e não com cidadania. Na verdade fala-se a palavra cidadania, mas sempre no sentido de tudo que falta, de um objetivo a ser alcançado. Os conceitos de cidadania são, na verdade, conceitos de subcidadania. O discurso é feito para o subcidadão, sob o título de “busca pela cidadania”, a subcidadania encontrou um sinônimo capaz de não chocar os pertencentes a esta categoria.

Os desprivilegiados economicamente são subcidadãos, categorizados no discurso midiático dos desejantes, buscadores da cidadania, pedintes de uma doação do Estado que deve lhe oferecer saúde, educação, lazer e segurança para que ele também atinja o status de cidadão.

Também podemos considerar que a existência de um dos elementos de referência da identidade como cidadão pode, ora vir de uma relação do consumo, ora pela prática discursiva midiática, pode ainda vir pela possibilidade de voz na sociedade, pode ainda ser pelo caráter legal, onde quem possui um título de eleitor é considerado cidadão. Mas será que possuir um dos elementos constitutivos da plenitude da cidadania já caracteriza uma pessoa como cidadão, exercendo plenamente seus direitos e deveres na sociedade? A nossa resposta seria não! Possuir um dos elementos marca a busca pela cidadania consagrada pela mídia para que um dia se chegue ao status de cidadão.

O cidadão é aquele que está na sociedade de forma economicamente privilegiada e pode pagar pela cidadania, comprando saúde, educação, segurança, lazer, por exemplo, ou seja, a cidadania é comprada, é privada, disponível e acessível para quem pode pagar por ela. Assim, cidadania tem a ver com o privado e a busca da cidadania tem a ver com o que é público. Cidadania é a plenitude de existência do rico e a busca constante do pobre.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Barthes, R. (1985). *Mitologias*. São Paulo: Difel.
- Bordenave, J. E. D. (2009). *Além dos meios e mensagens: Introdução à comunicação como processo, tecnologia, sistema e ciência*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Carvalho, J. M. (2010). *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Cheida, M. J. (2010). Cidadania, um mito no jornalismo. In A. Pereira; Í. Y. Tomita; M. Fernandes & S. Kurchaidt (org), *Mídia, cidadania, manifestações culturais e questões de gênero*. Guarapuava: Unicentro.
- Funari, P. P. (2008). A cidadania entre os romanos. In J. Pinski & C. Bassanezi (org), *História da Cidadania*. São Paulo: Contexto.

- Paiva, R. & Sodré, M. (2013). Afeto e mobilidade nas megacidades: o comum e as alternativas de comunica o. In M. Barbosa & O. J. Morais (org), *Comunica o em tempos de redes sociais*. São Paulo: Intercom.
- Rodrigues, A. D. (2013). A rua, analisador da sociabilidade. Texto apresentado no Colóquio Pent logo IV do CISECS, em Japaratinga, Brasil, em Outubro de 2013.
- Sodré, M. (2012). *Antropológica do Espelho: Uma teoria da comunica o linear em rede*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Sodré, M. (1984). *O monopólio da fala: fun o e linguagem da televisão no Brasil*. Petrópolis/RJ: Vozes.
- Sodré, M. (2013). O trânsito da cultura   educa o. In E. G. Coutinho & T. Mainieri (org), *Falas da História: Comunica o alternativa e identidade cultural*. Goiânia: Facomb/UFG.
- Souza, J. (2003). *A Constru o Social da Subcidadania: Para uma Sociologia Política da Modernidade Periférica*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Souza, J. P. (2011). Quem tem medo da pesquisa empírica? Seguramente, não os pesquisadores portugueses em jornalismo. In M. Barbosa & O. J. Morais (org), *Quem tem medo da pesquisa empírica* (pp. 305-321). São Paulo: Intercom.
- Temer, A. C. R. P. & Tondato, M. P. (2009). Média e Cidadania: Uma Rela o na Perspectiva Histórica. *Inter-A o*, 75-88.
- Temer, A. C. R. P.; Tondato, M. P. & Tuzzo, S. A. (2012). *Mulheres do sol e da lua: a televisão e a mulher no trabalho*. Goiânia: PUC Goiás.
- Trigo, S. (2011). Ciências empíricas: método, mutabilidade teórica e nova gramática da comunica o científica. In M. Barbosa & O. J. Morais (org), *Quem tem medo da pesquisa empírica* (pp. 283-303). São Paulo: Intercom.
- Tuzzo, S. A. (2005). *Deslumbramento Coletivo: Opinião Pública, Média e Universidade*. São Paulo: Annablume.